

Adriana Cavalcanti Santos

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

adricavalcanty@hotmail.com

Silvana Paulina de Souza

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

spaulinadesouza@gmail.com

Giselly Lima de Moraes

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

xltrama@gmail.com

FORMAÇÃO DE LEITORES: QUESTÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICA DA MEDIAÇÃO DIDÁTICA

RESUMO

A formação do leitor, compreendida como processo de apropriação de conhecimentos por meio de práticas sociais de leitura, requer o desenvolvimento de habilidades para apropriar-se de textos visando à transformação da realidade. Pautado no marco teórico sócio-interacionista da aprendizagem e da linguagem (BAKHTIN, 2012; VIGOTISKY, 1989, 1991), e teóricos críticos da educação e da didática (FREIRE, 2011; CANDAU, 2008), refletiremos sobre: 1) os saberes didático-pedagógicos mediadores entre o sujeito e os textos; e 2) a Didática, processo de reflexão sobre a mediação pedagógica, de natureza multidimensional e caráter político. No atual cenário político do país, é necessário recuperar o caráter emancipatório da leitura por meio da mediação leitora e do ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Formação do leitor. Mediação. Didática. Política.

READER FORMATION: QUESTIONS ON THE POLITICAL DIMENSION OF DIDACTIC MEDIATION

ABSTRACT

Formation of the reader, understood as a process of appropriation of knowledge through social reading practices, requires the development of skills to appropriate texts for the transformation of reality. Based on the socio-interactionist theoretical framework of learning and language (BAKHTIN, 2012; VIGOTISKY, 1989, 1991), and critical theorists of education and didactics (FREIRE, 2011; CANDAU, 2008), we will reflect on: 1) Pedagogical mediators between the subject and the texts; and 2) Didactics: process of reflection on pedagogical mediation, multidimensional nature and political character. In the current political scenario of the country, it is necessary to recover the emancipatory character of reading through reading mediation and teaching and learning.

Keywords: Formation of the reader. Mediation. Didactic. Political.

DOI: 10.28998/2175-6600.2017v9n18p01

1 INTRODUÇÃO

A formação do leitor, compreendida como processo de apropriação de conhecimentos por meio de práticas (sociais) de leitura, inclui os processos de ensino e aprendizagem que, por sua vez, promovem o desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e epistemológicas, se constituindo em um processo de interação social por meio da linguagem que produz transformações no indivíduo.

Desse modo, este texto objetiva provocar uma discussão sobre a dimensão política da mediação didática na formação do leitor e, assim, contribuir para se pensar a apropriação de conhecimentos por meio de práticas sociais de leitura. Entendendo que pensamento e realidade são organizados pela linguagem e esta, por sua vez, produz transformações no indivíduo no seu modo de ler o mundo e a sua realidade por meio da interação.

É circunscrito em um marco teórico, proveniente das investigações sócio-interacionistas do ensino, da aprendizagem e da linguagem (VIGOTSKY, 1989, 1991; BAKHTIN, 2012), que propomos reflexões sobre os saberes didático-pedagógicos como mediação entre o sujeito e os textos. Mediação que se estabelece entre o homem e o seu entorno por meio de ferramentas e instrumentos, dentre eles, os signos linguísticos; e como processo em que se atribui significado à relação com o objeto de conhecimento.

Partimos de uma concepção de didática como processo de reflexão sobre a mediação do ato pedagógico, este, de natureza multidimensional (CANDAU, 2008). Nesta perspectiva, a didática constitui-se de aspectos não apenas técnico-pedagógicos, mas políticos e humanos, nos quais incluímos aspectos de natureza estética. Buscamos refletir sobre a necessidade, no atual cenário político do país, de trazer à tona discussões sobre a didática como trabalho não alienado. E também, no âmbito da didática da língua e da literatura, como ação docente consciente de suas implicações na formação de leitores críticos e autônomos, capazes de fazer uso da leitura e da escrita em diferentes contextos sociais.

Como professoras pesquisadoras da leitura na contemporaneidade, traduzimos a proposta da discussão a partir da seguinte questão: “O que nós, docentes, precisamos saber para ensinarmos aos nossos alunos de diferentes idades a lerem os textos (de natureza multimodal) que constituem as práticas discursivas no mundo atual?” Trata-se de uma problematização que especula teoricamente sobre os modos de ensinar/aprender a produzir sentido, mas também sobre como dar-se conta das contradições dos textos aos quais se tem acesso pelos meios digitais e impressos, incluindo os da literatura.

Subjazem a essa questão, reflexões sobre a participação do professor nas práticas de leitura próprias da contemporaneidade. Participação que implica conhecer suas novas formas e possibilidades de interação por meio dos textos, bem como sobre as condições de reflexão sobre tais práticas nos contextos de produção de conhecimento, entre eles, a universidade.

2 CENÁRIO COMPLEXO DE FORMAÇÃO DE LEITORES

Ensinar a ler é uma tarefa que, junto com a de ensinar a escrever e a contar, tem justificado a existência da escola e - por consequência e determinação histórica - justificado também a existência da docência tal como concebemos hoje. A tarefa de ensinar a ler, com a complexificação das práticas sociais da leitura, cujo conceito se foi agregando novas características, produziu, por razões que não vamos citar aqui, o termo corrente “formar leitores”.

Esta expressão: “formar leitores,” tal como compreendemos, fala-nos em promover, por meio da ação pedagógica, a apropriação das habilidades e das capacidades que permitem ao indivíduo participar das mais variadas práticas de leitura do seu tempo/espaço de forma que a experiência da leitura, como meio e como conteúdo, promovam as transformações nas suas interações com o mundo, transformando-o em sujeito da leitura.

Por outro lado, a formação do leitor também pode se dar pela apropriação de práticas e de sentidos que se efetivam por meio de experiências de leitura que prescindem da escola, e que se concretizam em interações sociais de diferentes naturezas, por diversos meios, modos e suportes, impressos ou digitais.

No entanto, é sabido que formar leitores é uma demanda histórica da escola. E sendo uma demanda histórica, a atividade pedagógica em torno da leitura que tem mobilizado a produção de conhecimentos em diferentes âmbitos. Neste cenário, problemas do tipo: “Como se aprende o código escrito?”, “O que acontece na mente do indivíduo no ato da leitura que permite compreender as mensagens escritas?”, “Como se pode intervir nesse processo?”, entre outros. Estes problemas, tratados pela psicolinguística e pela psicologia cognitiva ou, por exemplo, os que se referem aos modos de compartilhamentos dos textos e de seus sentidos e que fizeram emergir uma sociologia da leitura como a de Horellou-Lafarge e Monique Segré (MAZZA, 2010), contribuem significativamente para pensarmos os distintos modos de como ensinar e aprender a ler. Esses saberes, de natureza científica, construídos no campo das pesquisas acadêmicas em áreas específicas se convertem em

saberes de natureza pedagógica, na medida em que subsidiam práticas reflexivas sobre como promover aprendizagens no campo da leitura.

3 DIDÁTICA E POLÍTICA

Todavia, não é só de conhecimentos técnico-científicos, de natureza pedagógica ou não, que se constituem o conjunto de saberes que dão suporte à formação do leitor. Assim como também não é, apesar de sua importância inequívoca, apenas o conhecimento da estrutura da língua, dos textos e dos gêneros textuais, provenientes dos estudos linguísticos, que servem à formação dos leitores. O ato de ler não se reduz ao reconhecimento de estruturas linguísticas (ou do sistema alfabético) e do ato de decodificá-las, como já sabemos.

Se os saberes técnicos não são suficientes, então, quais saberes podemos colocar em jogo para efetivar a formação do leitor, tendo em vista o modo como concebemos os sentidos de **leitor** (sujeito que participa das práticas de leitura de seu tempo) e de **formação** (apropriação das práticas e dos sentidos por meio da experiência)?

Para responder essa questão, faz-se necessário explicitar o que entendemos por saberes didático-pedagógicos. Nesse sentido, a concepção de didática que nos orienta é entendida como um processo constante de reflexão sobre os elementos que constituem a ação pedagógica, cujos elementos centrais são o aluno/aluna, o conhecimento e o professor/professora, estes, em relação entre si e com seu contexto histórico-social. A didática permite uma reflexão sobre e na ação, nos e dos processos de ensino e de aprendizagem para além do conteúdo de uma disciplina; a partir da concepção do ser humano como sujeito de sua história, em uma relação com o meio a que pertence e em um dado contexto sócio histórico. Nesse sentido, acolhe uma concepção de homem que o reconhece como um ser social, histórico, concreto, construído numa perspectiva dialógica (BAKHTIN, 2006), por meio da interação verbal entre os sujeitos e com o mundo que os circunda.

Ou seja, cada elemento que se constitui objeto da reflexão didática e que pertence ao contexto pedagógico, não pode ser pensado apartado da relação que se estabelece com os demais, muito menos da realidade material e simbólica em que está inserido. Assim, ao mediar a relação entre leitura e o sujeito é preciso pensar as situações comunicativas e as restrições que lhes são impostas. Os eventos comunicativos, por meio do ato de ler, fazem parte de um evento e de um contexto mais amplo de práticas sociais de uso da linguagem, no qual a leitura das diferentes temporalidades marcadas por herança e rupturas culturais,

invenção e inércia, implica numa ação didática de escolhas políticas para a formação de um leitor autônomo.

Eis porque não podemos falar da didática como técnica, ou como método universal, como aplicação de uma teoria prévia, mas como mediação pedagógica. Na mediação está incluída a presença da relação sógnica com o objeto, mediada por um outro que lhe dá sentido.

4 DIMENSÕES DOS SABERES DIDÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

Em se tratando do fazer pedagógico para a formação de leitores, entendermos que tal fazer pressupõe um conjunto de saberes didáticos implicados pelas dimensões técnica, política e humana da didática. Trata-se de saberes de caráter multirreferencial, não apenas instrumental (CANDAU, 2008).

Neste trabalho, destacamos a dimensão política dos saberes didáticos, na sua relação com a dimensão técnica da leitura. Ou seja, queremos especular, sobre quais questões e saberes necessários à mediação docente podem emergir a partir da consciência que há uma dimensão política na mediação didática da leitura.

A produção de ideias de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada a atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. (...) São os homens produtores de suas representações, e suas ideias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo da vida real (MARX; ENGELS, 2006, p. 51).

Parafraseando Marx e Engels, perguntamos: pode o conhecimento que o sujeito adquire por meio da/ou sobre a leitura ser mais do que sua realidade imediata? A leitura pode estar descolada das vivências e problemáticas que envolvem o indivíduo e o seu meio social? Nessa mesma ordem de ideias, outras questões emergem: O que significa saber ler, hoje? Qual o alcance desse “hoje”? O que os textos que circulam socialmente narram sobre o nosso atual contexto histórico? Como esses textos são lidos? A leitura que se faz deles serve a que projeto de sociedade?

O ato de indagar sobre essas questões avança para além das discussões acerca do que vem a ser o ato de ler e as ações de leitura no seu aspecto técnico. Trata-se de uma

postura política sendo que, suas possíveis respostas, compõem os saberes pedagógicos do campo da didática da leitura, envolvidos na busca da formação do sujeito autônomo.

O cenário político atual é de redução de direitos sociais, de recrudescimento do autoritarismo do Estado, de desmonte de todo um projeto de Estado, de perda de direitos, em que a justiça vem sendo instrumentalizada pela política e a mídia determina os caminhos políticos do país, entre outros fatos preocupantes. Esses mesmos fatos, ao serem atravessados por um outro viés ideológico, são apresentados, muitas vezes, como busca do equilíbrio econômico, combate a corrupção, moralização da sociedade, etc. Duas visões em confronto que sinalizam a necessidade de atentar para as ofertas de textos, seus produtores e seus suportes, a fim de que a função da leitura não sirva, sem qualquer resistência dos educadores, à manipulação ideológica.

Quando pensamos em leitura, nela estão os modos de ler, as ações de leitura, a decodificação dos signos, a produção de sentido e a busca de significado histórico e socialmente construído. A língua escrita não se constitui em uma sucessão de formas, sendo pois necessário apropriar-se dos significados construídos historicamente e a partir de suas relações com o meio atribuir-lhes sentido. Nessa dinâmica, é preciso considerar os textos oferecidos e as situações de mediação propostas para que a leitura se desenvolva e os sujeitos também. Nessa perspectiva, mais uma vez algumas questões se colocam: Quais textos podem nos ajudar a refletir sobre diferentes visões da realidade? Os leitores que estamos formando são capazes de fazer a leitura desses textos? Sobre que bases essas leituras estão sendo feitas? Todos os leitores produzirão o mesmo sentido sobre eles?

Ouçamos Paulo Freire:

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar a o caráter educativo do ato político. Isto não significa que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei, uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos, dos seres humanos em geral; de outro uma política esvaziada de ação educativa. (FREIRE, 2011, p. 34 e 35).

De todas as questões, uma nos assoma com maior insistência: como a educação para a leitura tem efetivado sua natureza política e como a política tem explicitado seu caráter educativo na formação do leitor?

Em se tratando da relação entre didática, por sua dimensão política, e a formação do leitor na escola, podemos tentar formular uma resposta partindo da ideia de que é preciso investir numa educação que aponte para uma leitura crítica, historicamente situada,

como sujeito-leitor que dialoga com o texto. É preciso formar o leitor capaz de distanciar-se da ingenuidade diante dos textos alheios que trazem uma visão de mundo.

Em diálogo com Freire:

A leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito. Ao ler não me acho no puro encaixe da inteligência do texto como se fosse ela produção apenas de seu autor ou de sua autora. (FREIRE, 1996, p. 14).

Nessa perspectiva, as ações de mediação de leitura devem preocupar-se em assegurar aos estudantes a apropriação da leitura por meio da diversidade de materiais escritos prechos de informações e visões de mundo variadas, com a finalidade de promover a formação de leitores autônomos e de uma relação dialógica com o mundo.

Para se pensar as práticas de leitura em contextos escolares, entendemos que a mediação cultural também se dá pelas técnicas produzidas pela cultura e que transformam a cultura mesma, criando novas possibilidades de interação entre seus agentes e deles com o conhecimento. Dessa maneira, não estamos falando só de conteúdo político veiculados nos textos que circulam nas práticas culturais de leitura, mas da mediação realizadas pelas interfaces, pelos suportes, pelo *affordance* dos aparelhos que dão suporte à leitura de tais textos.

5 PRÁTICAS DE LEITURA NA CIBERCULTURA

A leitura, como saber social, objeto real de conhecimento, já não tem modos de funcionamento tão facilmente mapeáveis, de forma que, para ocorrência de sua aprendizagem, a aposta em dispositivos de controle e em representações rígidas sobre sua aquisição e desenvolvimento são caminhos questionáveis diante do cenário aqui descrito. Por outro lado, se não é possível mapear, desvendar o funcionamento da leitura em todas as suas dimensões, é possível ampliar o olhar para os modos como a relação leitor e texto se dá na cibercultura. E isto é um ato, tanto técnico como político porque, necessário para ler os processos históricos que estamos vivenciando.

Um dos aspectos a desafiar a relação da escola com as novas práticas de leitura no ciberespaço diz respeito à superação da tradição verbalista e logocêntrica dos currículos escolares. Esses atribuem à linguagem verbal, sobretudo, à escrita, um *status* culturalmente privilegiado, que se revela no controle da língua que se fala, que se lê e que se ouve, baseado na concepção de que é por meio dela que o leitor terá melhor acesso ao conhecimento científico do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

É preciso considerar que no espaço da cibercultura, a mediação didática não deve se deter ao aparato tecnológico, mas pensar no sujeito leitor que fará escolhas e construirá conceitos fundamentados nas relações com o objeto e com o seu conteúdo, a fim de realizar uma prática de leitura libertadora, emancipadora e transformadora.

Vale destacar que o que caracteriza a cibercultura não é sua dimensão técnica apenas, mas, sobretudo, sua dimensão social, representada pela atividade humana que se dá em torno dos aparelhos tecnológicos, programas de computadores e dispositivos de comunicação. Por ser mediada pela técnica, esta intensa atividade comunicacional volta para o sujeito com uma “máscara inumana”, mas, na verdade, é movida por uma “inteligência coletiva” (LEVY, 1999, p.28), constituída por diferentes agentes, de diferentes campos, culturas e que não é neutra. Desta forma, é político o ato de desvendar o funcionamento desses dispositivos de comunicação, entrar neles, explicitar suas contradições.

O que vemos ocorrer na contemporaneidade, para além das transformações tecnológicas, é uma aceleração inigualável das mudanças no mundo da linguagem, que exigem do sujeito “novas” práticas de leitura e de escrita. Segundo Levy (*apud* LEMOS, 2004) os avanços nas tecnologias da comunicação permitem que a linguagem, em constante transformação, se desenvolva de uma forma ainda mais viva, e de uma comunicação por meio da escrita cada vez mais eficiente, rápida e sofisticada. Para o autor:

A escrita forjou seu próprio sistema de auto-reprodução através da imprensa. A cada etapa da evolução da linguagem, a cultura torna-se mais potente, mais criativa, mais rápida. Acompanhando o progresso das mídias, os espaços culturais se multiplicaram e enriqueceram-se: novas formas artísticas, divinas, técnicas, revoluções industriais, revoluções políticas. O ciberespaço representa o mais recente desenvolvimento da evolução da linguagem (LEVY *apud* LEMOS 2004, p. 12-13).

As ferramentas que utilizamos para nos comunicar no ciberespaço impõem manejarmos nossa relação com o meio, não apenas para transformarmos o mundo ao nosso redor por meio da linguagem, mas o modo como se reconfiguram as práticas e a mediação da leitura para emancipação do leitor, visando formar um sujeito capaz de perceber o jogo de intensões discursivas que ideologicamente refletem um posicionamento político. Considerando que “a textualidade eletrônica de fato transforma a maneira de organizar as argumentações, históricas ou não, e os critérios que podem mobilizar o leitor para aceitá-las ou refutá-las” (CHARTIER, 2015, p. 59).

Diante do exposto, faz-se necessário a reflexão por parte de nós professores sobre como participamos e interagimos com essas novas práticas socioculturais de uso da linguagem no contexto atual. Considerando que a nossa participação nesse novo mundo

da linguagem nos permite pensar e agir como um leitor contemporâneo capaz de mediar à formação de leitores críticos.

Como profissionais do ensino da leitura, somos reprodutores e questionadores de discursos políticos, a fim de romper com o *statuo quo*. Como alerta Batistel, *et al*, (2016), se compreendemos que o discurso é uma atividade social humana, os enunciados escolhidos por nós refletem e refratam nosso posicionamento como sujeito social. Para Vigotski¹:

[...] a tarefa do docente consiste em desenvolver não uma única capacidade de pensar, mas muitas capacidades particulares de pensar em campos diferentes; não em reforçar a nossa capacidade geral de prestar atenção, mas em desenvolver diferentes faculdades de concentrar a atenção sobre diferentes matérias (VIGOTSKI, 1998, p.108).

No cenário atual, as práticas de leitura e de escrita são permeados pelo entrelaçamento do uso das linguagens verbal e não-verbal que, por sua vez, requerem a formação de um leitor capaz de atribuir sentido ao texto verbo-visual. Assim, nas ações da didática da leitura, é preciso pensar sobre as condições materiais objetivas de uso da linguagem na atualidade, e sobre as ofertas dos diferentes gêneros textuais que se apoiam na multimodalidade e na interatividade, num contexto em que “o leitor já não é mais obrigado a acreditar no autor; pode, por sua vez, se tiver vontade e tempo, refazer total ou parcialmente o percurso da pesquisa” (CHARTIE, 2015, p. 60).

A multimodalidade se revela como um compartilhamento de espaço, no processo de significação, e também através de novas formas de articulação na produção textual. É um ato político incorporar ao ensino e a aprendizagem da leitura a reflexão sobre a presença de outros modos semióticos presentes nos textos escritos, como a imagem, o movimento, o som, uma vez que a participação do leitor nas práticas contemporâneas, sobretudo aquelas que o põem em relação aos acontecimentos sociais e políticos, se realizam de forma majoritária no meio digital e se manifestam por meio de diferentes linguagens. No cenário descrito, há uma mutação epistemológica fundamental que impõem outros caminhos para a didática da leitura e para a formação do leitor. E tendo em vista que o objetivo da escola é contribuir para a inserção social dos sujeitos no mundo letrado - e, no campo da leitura, isso significa realizar a formação de um leitor atualizado em relação às práticas de leitura de seu tempo, é preciso atentar para os modos de realização da transposição didática da leitura e da leitura literária contemporânea (marcada pela

¹ Reconhecemos a existência de diferentes grafias para a palavra Vigotski, no entanto adotaremos a grafia Vigotski, exceto em citações, nas quais reproduziremos de acordo com a obra referida.

multimodalidade), de forma a problematizar as possibilidades de fazer dela objeto de ensino e aprendizagem.

Vale ressaltar que, além do caráter cada vez mais multimodal da comunicação, na atualidade, os volumes de textos acessíveis a qualquer hora, por diferentes meios, a falta de tempo e o excessivo individualismo de nossa época, são desafios para a formação do leitor, que precisa proporcionar experiências que levem o leitor a selecionar e realizar leituras complexas sobre seu tempo, as quais se fazem na relação com outros leitores, com outras experiências leitoras. Desse modo, o importante para a gênese de práticas de leitura numa cultura midiática não é a definição de um percurso de leitura, ou de uma lista de *best-sellers*, mas a formação de um leitor que saiba selecionar suas leituras e seja capaz de inferir suas implicações políticas e ideológicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletimos ao longo deste texto, sobre a necessidade urgente de implicar o docente na tarefa da mediação leitora como ato político; ato que leva o sujeito em formação a relacionar-se intersubjetivamente com os discursos (de caráter ideológico) do seu tempo-espaço e a posicionar-se face a eles. Com isto, pretendíamos despertar um debate, ora obliterado pelo crescente neoliberalismo na educação, sobre a responsabilidade pedagógica de formar leitores em um contexto político adverso, problemático e que tem sido protagonizado, em muitos aspectos, pela mídia digital. Levantamos aqui, algumas questões que, esperamos, ser disparadoras de debates nos espaços formativos de professores mediadores de leitura, recuperando alguns conceitos e reflexões teóricas necessárias a esses debates, em especial aos que trazem uma visão crítica sobre a sociedade de classes.

Ler é compreender; compreender liberta o homem, liberta o pensamento do homem; ler é um exercício de liberdade que necessita ser ensinado na escola. Se a escola é o lugar onde nos apropriamos dos conhecimentos historicamente produzidos, apropriar-se do fenômeno social que é a leitura contribuirá para a formação do sujeito histórico e o formará para intervir na realidade. Tornar-se um leitor autônomo, amplia os horizontes socioculturais, rompe barreiras e promove a formação da cidadania para desfrutar de seus direitos políticos e civis.

Compreendemos que, para tanto, os docentes precisam encontrar as condições adequadas de participação e de reflexão nas e para as práticas sociais de leitura, o que implica a compromisso dos diversos espaços formativos, da universidade – sobretudo –

para que alcancemos a retomada do caráter político do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da defesa de uma didática multidimensional.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

CANDAU, V. M. A Formação de Educadores: uma perspectiva multidimensional. In: CANDAU, V. M (org). **Rumo a uma nova didática**. 19^a. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**, São Paulo: Autores Associados: Cortez, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25^a ed. São Paulo: Paz e. Terra, 1996.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LE MOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 2^a. Ed., Porto Alegre: Sulina, 2004.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MAZZA, D. **Por uma sociologia da leitura**. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 34,n. 123,p. 621-624, Junho 2013 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0101-73302013000200017&lng=en&nrm=iso>>. acesso em 28 May 2017.

VIGOTSKII, L. S.; LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução: Maria Penha Villalobos. São Paulo:Ícone: Edusp, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.